



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE BIBLIOTECONOMIA
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA**



TIAGO LINCKA DE SOUSA

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL: POSSIBILIDADES DE INSERÇÃO
DO BIBLIOTECÁRIO NESTE CONTEXTO SOCIAL**

NATAL – RN
2008

TIAGO LINCKA DE SOUSA

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL: POSSIBILIDADES DE INSERÇÃO
DO BIBLIOTECÁRIO NESTE CONTEXTO SOCIAL**

Trabalho final de curso, apresentado à Disciplina Monografia ministrada pelas Prof^{as} Maria do Socorro de Azevedo Borba e Renata Passos Figueira de Carvalho, ambas do Departamento de Biblioteconomia da UFRN, como requisito indispensável para a obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientadora: Prof^a Msc. Rildecy Medeiros

NATAL-RN
2008

Catálogo na fonte
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Departamento de Biblioteconomia

Sousa, Tiago Lincka de

Educação ambiental: possibilidades de inserção do bibliotecário neste contexto social / Tiago Lincka de Sousa. – Natal: UFRN, 2008.

64f.

Orientadora: Rildeci Medeiros (Msc.)

Monografia (Bacharelado em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

1. Educação Ambiental – Monografia. 2. Profissional da Informação – Monografia. 3. Bibliotecário – Monografia. 4. Responsabilidade Social – Monografia. I. Título.

UFRN/DEBIB

CDU 504.75:023.5

TIAGO LINCKA DE SOUSA

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL: POSSIBILIDADES DE INSERÇÃO
DO BIBLIOTECÁRIO NESTE CONTEXTO SOCIAL**

Trabalho final de curso, apresentado à Disciplina Monografia ministrada pelas Prof^{as} Maria do Socorro de Azevedo Borba e Renata Passos Figueira de Carvalho, ambas do Departamento de Biblioteconomia da UFRN, como requisito indispensável para a obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia.

Monografia aprovada em: ____ / ____ /2008.

BANCA EXAMINADORA

ORIENTADORA: Professora Msc. Rildeci Medeiros
(Universidade Federal do Rio Grande do Norte)

MEMBRO DA BANCA: Professora Msc. Renata Passos de Figueira Carvalho
(Universidade Federal do Rio Grande do Norte)

MEMBRO DA BANCA: Professora Msc. Francisca de Assis de Sousa
(Universidade Federal do Rio Grande do Norte)

À minha mãe, aos que lutam pelo meio ambiente, à minha madrinha (Cida), à minha Tia (Sandra), aos meus amigos e amigas, aos Biblioamigos, e às gerações futuras.

O mais importante após o término de um ciclo ou após uma conquista, é o reconhecimento aos que estiveram ao nosso lado. A gratidão por todos aqueles que nos ajudaram de uma forma ou de outra, ou seja, da forma em que cada um pode ajudar. Seja de forma prática, teórica, espiritual, amorosa, etc.

Nesta grande caminhada muitas pessoas estiveram ao meu lado, muitos amigos, professores, colegas de sala, orientadores, pesquisadores, dentre outros. Sendo assim, tenho a plena certeza de que infelizmente não lembrarei o nome de todos que me ajudaram neste processo de formação. Mas quero lembrar que de certa forma todos estão na minha memória, guardados devido à grande importância que tiveram nesta minha caminhada. E agradecer a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para o término desse meu trabalho.

Com isso, gostaria de agradecer primeiramente à minha mãe, Lílíana da Silva Linçã, por ter criado dentro de mim o gosto pelo estudo, leitura e pela educação ambiental.

Agradeço à minha madrinha e também Bibliotecária, Maria Aparecida de Lima, ou para mim apenas Cida, por abrir meus olhos no momento em que estava mais perdido, na ocasião da escolha deste curso, a qual não me arrependo.

Quero agradecer também às minha colegas de sala e eternas amigas: Marjorie Rosielle, Raline Ribeiro, Rosa Cléa e Samara Andréia. Por todos os momentos que vivemos juntos e principalmente pelos trabalhos realizados juntos, os quais me deram suporte para a elaboração desta monografia.

Sou grato também às minhas irmãs Ana Luísa e Sara, por me aturarem nesta fase, na qual estive muito ansioso, preocupado e estressado. E ainda, agradeço à Fabiana Stela, quem me deu suporte amoroso neste período.

Gostaria de agradecer à todos professores (as) que ajudaram na minha formação. E em especial às minhas professoras do Departamento de Biblioteconomia, com destaque especial para as professoras Socorro Borba, Renata Passos, Francisca de Assis, Luciana e Mônica.

Para terminar, quero agradecer à professora Rildeci Medeiros, por despertar em mim, ainda no início do curso, o gosto pela leitura/pesquisa. E no final do curso, pela sua orientação magistral neste trabalho final.

Quero, contudo, agradecer a Deus, por ter colocado em meu caminho todas essas pessoas ao meu lado e ter me proporcionado condições favoráveis para o desempenho deste trabalho.

À todos o meu MUITO OBRIGADO!

"Nunca subestimem o fato de um pequeno grupo de pessoas reflexivas e comprometidas possam mudar o mundo. Pois, de fato, esta é a única forma como o mundo tem sido mudado".

(Margaret Mead)

"O mundo não é, o mundo está sendo"

(Paulo Freire)

RESUMO

Apresenta a importância da educação ambiental frente ao modelo de desenvolvimento atual e ainda a educação ambiental de forma histórica e conceitual. Descreve em ordem cronológica os fatos mais importantes ocorridos em diversos níveis. Relata o papel do profissional da informação desde o surgimento da profissão, no Brasil, até os dias atuais. Isso com ênfase na forma de atuação do mesmo, frente às questões sociais. A metodologia utilizada se deu por meio de levantamento documental (impresso e eletrônico) e, ainda, de leitura analítica e síntese, haja vista tratar-se de um estudo descritivo. Os resultados apontaram para novas possibilidades de atuação do bibliotecário, e sua responsabilidade social. Portanto torna-se essencial a inserção do profissional bibliotecário no processo de educação ambiental.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Profissional da Informação. Atuação profissional do Bibliotecário. Responsabilidade Social.

ABSTRACT

Shows the importance of environmental education towards the current model of development and even environmental education in a historical and opinion way. Describes in chronological order the events that occurred more important on several levels. Reports the role of professional information from the appearance of the profession in Brazil, until the present day. That with emphasis on how to act the same, front to social issues. The methodology made by lifting documentary (print and electronic) and, yet, to reading and analytical summary, there is a view it is a descriptive study. The results pointed to new possibilities of action of the librarian, and their social responsibility. Therefore it is essential to the integration of professional librarian in the process of environmental education.

Keywords: Environmental Education. Professional Information. Librarian of professional performance. Social Responsibility.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABECIN	Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação
BN	Biblioteca Nacional
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CDD	Classificação Decimal de Dewey
CDU	Classificação Decimal Universal
CFB	Conselho Federal de Biblioteconomia
CIUO	Classificação Internacional Uniforme de Ocupações
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CRB	Conselho Regional de Biblioteconomia
DDT	Dicloro-Difenil-Tricloroetano
EA	Educação Ambiental
EUA	Estados Unidos da América
FBCN	Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza
FEBAB	Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MEC	Ministério da Educação
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NEA	Núcleos de Educação Ambiental
NTICs	Novas Tecnologias da Informação e Comunicação
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas

UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
PI	Profissionais da Informação
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
SEMA	Secretaria Especial do Meio Ambiente
SEMAM/PR	Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República
SIBEA	Sistema Brasileiro de Informação sobre Educação Ambiental e Práticas Sustentáveis
SUDEPE	Superintendência do Desenvolvimento da Pesca
SUDHEVEA	Superintendência de Desenvolvimento da Borracha
TICs	Tecnologias da Informação e comunicação
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL	14
2.1 ABORDAGEM HISTÓRICA.....	16
2.2 ABORDAGEM CONCEITUAL	29
3 INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO	36
3.1 A AUTONOMIA SUGERIDA POR PAULO FREIRE.....	39
4 O PROFISSIONAL BIBLIOTECÁRIO	44
4.1 A BIBLIOTECONOMIA NA CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES	49
4.2 A PROFISSÃO NO BRASIL	52
4.3 O BIBLIOTECÁRIO NO PROCESSO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL.	54
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
REFERÊNCIAS	60

1 INTRODUÇÃO

Em tempo de desenvolvimento econômico desenfreado e a qualquer custo, discutir educação ambiental (EA) não se trata de uma discussão evasiva e meramente futurista, uma vez que, atualmente, o termo “questão ambiental” é entendido de uma forma mais ampla, pela nomenclatura “questão socioambiental”, de maior abrangência, pois se trata da junção dos fatores ambientais com os sociais.

Pode-se ainda afirmar que a EA é uma educação para a paz. Para tanto, a preocupação com o meio ambiente pode – ou melhor, deveria – estar inserida em todas as áreas do conhecimento. A biblioteconomia, por sua vez, é uma área extremamente ampla, assim sendo, faz-se necessário que os bibliotecários estejam em constante atualização, para que se torne possível a inserção da questão socioambiental na prática diária do fazer biblioteconômico, este fazer de se dar em sala de aula, instituições privadas e por que não, dentro das bibliotecas.

É certo que atualmente o meio ambiente está sendo destruído e maltratado a todo custo e de uma maneira constante através das ações humanas. Pois, pelo modelo capitalista, o que importa é o lucro, como o nome já suscita, o capital. O clichê ‘um novo mundo é possível’ está ultrapassado, posto que hoje devemos pensar de tal forma: ‘um novo mundo é necessário’, pois já se sabe que tudo é finito. E, as causas negativas que o ser humano tem submetido à Terra de uma forma geral, estão acelerando o processo finito da mesma. Não se pode pensar uma atividade de maneira isolada, sem que se preocupe com as causas e efeitos da mesma, no meio ambiente as ações se dão de forma integrada. Por exemplo: uma

emissão de poluentes de uma cidade norte-americana interfere na qualidade do ar de uma cidade brasileira, e assim por diante.

Contudo, a educação ambiental é antes de tudo um processo contínuo e permanente, que engloba diversos valores como: o consumismo, a felicidade, o capital, os sonhos, o materialismo, a cidadania, dentre outros. Portanto, a intenção deste trabalho não é delimitar, nem apenas adotar uma base conceitual, e sim, trazer a discussão socioambiental para o seio da biblioteconomia, para que seja possível pensar e agir de maneira crítica e sustentável.

Então, como se admite a possibilidade da atuação do profissional Bibliotecário no contexto da Educação Ambiental? Quais as maneiras em que este profissional pode intervir neste processo? E no modelo de desenvolvimento atual, qual a importância da Educação Ambiental e por que o Bibliotecário deve atuar com determinadas posturas? Como se pode desenvolver esta relação até então pouco discutida e trabalhada?

Através destas indagações e, no intuito de respondê-las – ao menos entendê-las – que se despertou o interesse pelo tema deste trabalho. Uma vez arquiteto, disseminador e gestor da informação, educadores e porque não dizer, formadores de opinião, os Bibliotecários estão um pouco alheio a este contexto social, o que poderia ser diferente, tendo em vista sua importância e sua responsabilidade frente à sociedade.

O objetivo deste estudo foi identificar espaços de atuação e a inserção do bibliotecário no processo de educação ambiental, descrevendo as áreas em que o mesmo pode atuar, de acordo com a legislação vigente e orientações do Ministério do Trabalho e Emprego, por intermédio da Comissão Brasileira de Ocupações (CBO). Outro fator que se apresenta é a discussão acerca do pensamento de Paulo

Freire no que diz respeito à autonomia, quando afirma-se que o objetivo central da autonomia é tornar o indivíduo emancipado, um cidadão independente, que tem práticas com criticidade e consciência (FREIRE, 1996). E, como será exposto posteriormente, o bibliotecário é, assim como o professor, o mediador entre o indivíduo e essa autonomia proposta por Paulo Freire.

De tal maneira, apresenta-se no decorrer deste trabalho a inserção do profissional da informação no processo de educação ambiental e por sua vez, este processo como uma alternativa para a busca desse novo mundo que se faz necessário. Acredita-se que, é através da educação ambiental que se pode desenvolver a preocupação e o envolvimento com a causa socioambiental.

Portanto, não se faz educação ambiental, e sim a prática. É uma prática que vem de dentro para fora e vice-versa, o indivíduo precisa ser autônomo. Ou seja, estar sensível e consciente quanto à questão socioambiental, para seja possível praticar de maneira efetiva e eficaz a educação ambiental.

Após essa contextualização do tema em discussão, passa-se então a uma abordagem de sua fundamentação histórico-conceitual.

2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Neste trabalho a educação ambiental foi tratada sob dois aspectos. Primeiro, iniciando com uma abordagem histórica em diversos níveis, uma vez que se tornou evidente o surgimento das preocupações com os problemas ambientais e, ainda, pelo entendimento da necessidade de se fazer à educação ambiental como fundamento para se alcançar uma situação ambiental desejável, ou seja, uma qualidade de vida¹ de forma sustentável. Nesse sentido, serão mencionados alguns dos marcos mais importantes para a história da EA, no mundo, e suas ramificações no Brasil.

No segundo momento, foi traçado um paralelo conceitual entre alguns autores da atualidade, bem como o delineamento de um conceito geral para a educação ambiental. Vale salientar, que o objetivo deste trabalho não é apenas uma simples conceituação acerca do tema proposto, mas, sim, uma melhor acepção acerca das necessidades de cuidado e zelo pelo meio ambiente de nosso país e, conseqüentemente, do planeta Terra. Na tentativa de mostrar que a educação ambiental é uma atividade prática e interdisciplinar, o intuito maior deste trabalho foi apontar para a possibilidade e, ainda, a necessidade do profissional da informação introjetar na sua prática a EA, uma vez que esse novo fazer se configura como uma tendência global.

Cabe ressaltar, palavras de Paulo Freire acerca do fazer profissional, ou seja: ‘a prática de pensar a prática é a melhor forma de aprender a pensar certo’.

¹ Entende-se por qualidade de vida, o conjunto dos fatores que tornam a vida equilibrada. Pois é um conceito amplo, que afeta o ser humano de modo complexo pela saúde física, pelo seu estado psicológico, por suas relações sociais, por seu nível de independência, bem como suas relações para com o meio ambiente.

Pois, a educação ambiental necessita disto, ‘a prática de pensar a prática’, nada mais que uma questão de **ação-reflexão-ação**; visto que “de nada adianta o discurso competente se a ação pedagógica é impermeável” (FREIRE, 1996, p.10).

2.1 ABORDAGEM HISTÓRICA

Há, aproximadamente, quatro bilhões de anos o equilíbrio do planeta Terra esteve resguardado, porém, com o surgimento da espécie humana em apenas cerca de 100 mil anos, o processo de destruição e desequilíbrio desse planeta tem sido colocado em risco por diversos fatores. Estes, por sua vez, têm sido mínimos pelo processo natural da vida terrestre e, em maior escala, pelas ações da humanidade juntamente com sua prática de sobrevivência gananciosa.

No caso do Brasil, é cabível afirmar que a maior influência do homem sobre o meio ambiente pode ser vista a partir da chegada dos povos portugueses. No princípio, o território brasileiro era ocupado apenas pelos povos indígenas, que sobreviviam através de uma pequena exploração de recursos naturais, exploração esta que tinha como único fim à subsistência. Assim sendo, pode-se considerá-la sustentável.

Logo, com a chegada dos portugueses houve extermínio de grande parte dos índios que aqui habitavam. E o objetivo dos europeus era o interesse pelas riquezas naturais que aqui encontraram. Portanto, foi nesse período que as intensas devastações começaram, haja vista que acreditavam que os recursos naturais eram infinitos. E, infelizmente, esse pensamento ainda se faz presente em grande parte da população, não só brasileira, mas também em nível mundial.

Nessa perspectiva, a cultura é de que os recursos naturais são infindáveis e isso tem passado através das gerações, fazendo parte do cotidiano de muitos atores sociais. Como exemplo desta consciência, observa-se o fato de que no Brasil, em 1850, foi criada a Lei nº 601 de Dom Pedro II, cujo enunciado expressava a proibição da exploração florestal nas terras descobertas. Entretanto, esta lei foi

ignorada, dando continuidade ao desmatamento para implantação das monoculturas do café e da cana-de-açúcar. Até que, em 1920, o pau-brasil foi considerado extinto no território brasileiro.

No âmbito mundial, um grande marco para a história foi a descoberta do petróleo, em 1857, nos EUA, quando o homem deu início a uma nova era. Com o processo de industrialização em escala mundial, surgiu uma das principais conseqüências da modernidade, isto é, a poluição. Nesse sentido, pode-se afirmar que o Homem, além de destruir as reservas naturais tem sobrecarregado o meio ambiente com os mais diversos tipos de poluentes.

Outros fenômenos naturais e acontecimentos ocorridos podem ser mencionados, haja vista que se destacam pelo seu nível de importância e, também, por terem gerado maiores impactos físicos e psicológicos nas mais diversas partes do mundo.

O início do século XX foi marcado pela implementação do modelo neoliberal de desenvolvimento, no qual visava sempre o maior lucro possível numa escala mínima de tempo. Com a forte expansão da industrialização, oriunda da Revolução Industrial, no século anterior, os recursos naturais e humanos eram cada vez mais utilizados, ou melhor, explorados. Então, a partir disso se consolida o capitalismo internacional, que anda paralelamente ao paradigma positivista da ciência, bem como o pensamento através de uma ética antropocêntrica, ou seja, o Homem como centro do mundo, detentor de todos os direitos e poderes.

Segundo sugere Cascino (2003), antes de adentrar na discussão sobre a educação ambiental, é mister olhar para os acontecimentos que ocorreram entre 1930 e 1970, uma vez que alguns antecedentes ambientais são notórios, como por exemplo, a contaminação do ar em Londres e Nova York, entre 1952 e 1960. Este,

por conseguinte, provocou a morte de cerca de mil e seiscentas pessoas. Ademais, os casos fatais de intoxicação com mercúrio em Minamata e Niigata, entre 1953 e 1965; a diminuição da vida aquática em alguns dos Grandes Lagos norte-americanos; a morte de aves provocada pelos efeitos secundários imprevistos do DDT² e outros pesticidas e a contaminação do mar em grande escala, causada pelo naufrágio do petroleiro Torrey Canyon, em 1966.

A ampla publicidade destes acontecimentos despertou a maioria dos chefes de estado dos países desenvolvidos, no que diz respeito à questão da contaminação, uma vez que esta poderia pôr em perigo o futuro do homem. Pode-se então, observar nessa preocupação que novamente o pensamento maior era em torno do homem, embora isolado do sujeito coletivo e da preservação da natureza. Mesmo com todos esses acontecimentos, nesse período ainda não se falava em educação ambiental, mas os problemas ambientais já demonstravam a irracionalidade do modelo de desenvolvimento capitalista.

O governo brasileiro, em 1958, atento aos problemas que vinham acontecendo, cria a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN). Em 1962, a jornalista Rachel Carson lança seu livro *Silent spring* (Primavera Silenciosa), que se torna um clássico em toda história do movimento ambientalista e já foi traduzido para diversos idiomas. Este livro causou grande inquietação internacional sobre a perda da qualidade de vida. (DIAS, 2004)

Foi a partir desse cenário que vários grupos e movimentos sociais começaram a se preocupar com as questões ambientais, notadamente, a partir do final da década de 50. Como afirma Dias (2004), os movimentos que mais se destacaram foram, em 1965, quando a expressão “Educação Ambiental”

² Dicloro-Difenil-Tricloroetano - pesticida bastante utilizado após a Segunda Guerra Mundial no combate aos mosquitos causadores da malária e tifo.

(Environmental Education) foi utilizada pela primeira vez na “Conferência de Educação” da Universidade de Keele, Grã-Bretanha. Um ano depois, ocorreu o Pacto Internacional sobre os Direitos Humanos, em Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas, assim como o surgimento de alguns movimentos sociais como: os *hippies*, o feminismo, o movimento negro (Black Power), os pacifistas.

Nessa perspectiva, Cascino (2003) afirma que o grande momento desta época aconteceu em maio de 1968, em Paris, com as chamadas “Barricadas do Desejo” que tinha como slogan “Por um planeta mais azul”. Era um movimento de estudantes e proletariados que clamavam por um planeta novo - mais azul - como o chamavam, criando um novo pensamento humano. Neste movimento, a Universidade de Paris foi tomada pelos estudantes, bem como algumas fábricas como a Renault e Citröen, pelos proletariados. Estes, por sua vez, eram movimentos de apoio mútuo entre os estudantes e os proletariados. Tais questionamentos eram oriundos dos tempos de guerra, pois os estudantes queriam um mundo menos conflituoso, caracterizando-se como um movimento antiguerras, tendo em vista a proximidade com as guerras mundiais e a eminente guerra do Vietnã. Esses movimentos visavam, sobretudo, a diminuição de todas as formas de violência praticadas pelos Estados e seus fortes armamentos, bem como a queda do capitalismo e a igualdade entre as classes da sociedade.

Nas diversas formas de manifestação, no número elevado de grupos e tendências políticas e ideológicas, em diferentes regiões da França, bem como em diversos países do mundo, existia um sentimento invisível e poderoso que unificava tudo e todos, em prol do desejo pela liberdade, pela autonomia, pela igualdade e, sobretudo, pela paz. E, aliado a este movimento, estava um forte meio de

comunicação, isto é, a televisão. Por meio desse veículo comunicacional foram difundidas rapidamente as manifestações contra a violência, a burguesia e a exploração. Então, diante disto que se deu a grande importância desse movimento suscitado pelos estudantes parisienses.

Ainda em 1968, um grupo de profissionais (pedagogos, economistas, humanistas etc.) das mais diversas áreas foi liderado pelo industrial Arrilio Peccei. Com isso, esse grupo começa a se reunir na cidade de Roma, na Itália, com o objetivo de discutir a crise ambiental pela qual estavam passando, uma vez que tinham grande preocupação com o futuro do planeta. Em decorrência disso surge então, o Clube de Roma.

No sentido de seguir a ordem cronológica dos fatos mais importantes para o surgimento da educação ambiental, destaca-se que, em 1970, na Grã-Bretanha surge o primeiro momento em que o termo *enviromental education* (educação ambiental) foi utilizado. Em 1972, devido ao histórico de grandes problemas e impactos ambientais ocorridos no início do século, o Clube de Roma publica um Relatório intitulado “Os limites do crescimento”, que relata a busca incansável do crescimento da sociedade a qualquer custo (o que hoje é chamado crescimento desenfreado), pois este objetivava sempre o poder e riqueza sem a preocupação com o custo final deste crescimento. Esse relatório ainda demonstra que o consumo geral da humanidade iria levar o planeta a um colapso, entretanto, tal relatório é rejeitado pelos governantes. Neste mesmo ano, no Brasil, é criado o primeiro curso de pós-graduação em Ecologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Nesse mesmo ano, aconteceu um dos principais encontros relacionados ao meio ambiente, mais precisamente, no período de 5 a 16 de junho. Nesse evento, representantes de 113 países se reuniram em Estocolmo, na Suécia, para a

Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre o Homem e o Meio Ambiente. Como produto desta reunião foi elaborada a Declaração sobre o Ambiente Humano. Esses representantes visavam a discussão sobre desenvolvimento e ambiente, a elaboração do conceito de ecodesenvolvimento e, ainda, as possíveis soluções para com os problemas ambientais. Dentre as recomendações desta Conferência, destaca-se a 96^a, uma vez que se sugere que o desenvolvimento da educação ambiental seja considerado como o elemento principal para o combate à crise ambiental instaurada no mundo. Com isso, no Brasil, em 1973, é criada a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA³), integrante do Ministério do Interior, que entre diversas atividades, começa a praticar a educação ambiental.

Através do apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), é realizado, em 1974, em Jammi, na Finlândia, o Seminário sobre Educação Ambiental, onde a EA é considerada como educação integral e permanente, pois permite que a preservação ambiental seja alcançada.

Chegando ao final dos anos 70, no período de 14 a 20 de outubro de 1977, acontece em Tbilisi na Geórgia a I Conferência Intergovernamental sobre educação ambiental. Esse evento foi organizado em parceria entre a UNESCO e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), que funcionou como uma continuação da discussão realizada na Conferência de Estocolmo em 72. Esta última conferência se configurou como o ponto de partida para a constituição de um Programa Internacional de EA, ao contribuir na delimitação das diretrizes da educação ambiental, definindo seus objetivos, estratégias e características que

³ A Medida Provisória nº 150, de 15 de março de 1990, cria a Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República (SEMAM/PR), como órgão de assistência direta ao Presidente da República. E, em 1992, através da homologação da Lei nº 8.490, de 19 de novembro, a SEMAM/PR transforma-se em Ministério do Meio Ambiente (MMA)

serão discutidos mais adiante. Nesse sentido, Dias (2004, p.40) afirma que esse encontro “é considerado em nossos dias o evento decisivo para os rumos da EA em todo o mundo”.

Além dos acontecimentos aqui destacados, a década de 70 foi palco de diversas reuniões, seminários, conferências e encontros informais, reunindo chefes de estado, cientistas e estudiosos preocupados com as questões ambientais e, por sua vez, com a importância da educação ambiental como alternativa de ação frente aos problemas ambientais da época. Tais encontros estabeleceram discussões em relação à natureza da Educação Ambiental, gerando acordos, relatórios e outros documentos, todos com a preocupação acerca do meio ambiente. Diante disso, é possível identificar a importância desta Conferência para o futuro da educação ambiental, pois suas principais diretrizes foram discutidas por pessoas de diversos países e traçadas de acordo com todas as necessidades em questão.

O contexto da década de 80 é marcado pelo investimento em projetos de educação ambiental oriundos de instituições governamentais e de universidades em todo Brasil. Em concomitância com esse investimento, começa no âmbito dessas universidades o processo de criação de cursos de graduação e pós-graduação, relacionados com o meio ambiente, tais como: ecologia, especialização em educação ambiental, agro-ecologia, engenharia sanitária, dentre outros. Bem como encontros de estudantes com a discussão ambiental, como os três primeiros Seminários intitulados como Universidade e Meio Ambiente e que aconteceram em 1986, 87 e 89, respectivamente.

Em 1981, a lei nº 6.938, de 31 de agosto, foi homologada pelo Presidente João Figueiredo, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, no intuito de situar a EA como um dos meios possíveis para se garantir a preservação,

melhoria e recuperação da qualidade de vida. O objetivo dessa lei é assegurar no Brasil o desenvolvimento socioeconômico, bem como os interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana.

O ano de 1988 se torna importante para a cidadania brasileira, pois é o ano de aprovação da atual Constituição Brasileira, que disponibiliza em seu escopo, um capítulo e artigo específicos para o Meio Ambiente. Onde se lê no artigo 225 que:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade (grifo nosso) o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (BRASIL, 2002, p. 129)

E mais adiante neste mesmo artigo, mais precisamente no parágrafo 1º, inciso VI, encontra-se o dever de se “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente” (BRASIL, 2002, p.130). Foi, portanto, a partir dessa constituição, que os estados e municípios brasileiros começaram a se preocupar com as questões ambientais, que incentivou a criação, em suas cidades e estados, das secretarias e/ou órgãos estaduais de meio ambiente, para acima de tudo, promover a educação ambiental nas três esferas públicas de governo.

Como efeito da Constituição Brasileira, cria-se em 1989 o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, mais conhecido como IBAMA, órgão federal, com superintendências regionais e estaduais, que se originou através da fusão de outros órgãos como a Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA), a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), e a Superintendência de Desenvolvimento da Borracha (SUDHEVEA). A missão do IBAMA consiste em

exercer o poder de polícia ambiental; executar ações das políticas nacionais de meio ambiente, referentes às atribuições federais, relativas ao licenciamento ambiental, ao controle da qualidade ambiental, à autorização de uso dos recursos naturais e à fiscalização, monitoramento e controle ambiental; e executar as ações supletivas de competência da União. (BRASIL, 2008c)

Seguindo no processo de contextualização histórica da EA, em 14 de maio de 1991, é editada a Portaria 678 do Ministério da Educação (MEC), orientando que os sistemas de ensino, em suas três instâncias, níveis e modalidades, contemplem nos seus currículos, além dos demais já existentes, os temas e conteúdos referentes à educação ambiental.

Chegado o ano de 1992, exatamente no período de 3 a 14 de fevereiro, na cidade do Rio de Janeiro, acontece a Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, também conhecida por Rio-92 ou Eco-92. De acordo com Dias (2004), a visibilidade dessa conferência se deu pelo fato de ser composta por objetivos concretos, como por exemplo:

- ✓ Examinar a situação da preservação ambiental no mundo e as mudanças ocorridas pós Conferência de Estocolmo;
- ✓ Recomendar diretrizes a serem tomadas referentes à preservação ambiental através de políticas de desenvolvimento sustentável;
- ✓ Aperfeiçoamento das legislações internacionais sobre meio ambiente;
- ✓ Convenção de Mudanças Climáticas e o Protocolo de Quioto;
- ✓ Formalização da Carta Brasileira para a EA;
- ✓ Criação da Agenda 21 para a sustentabilidade, que é um plano de ação, fundamentado em um documento de 40 capítulos, que objetiva promover, em escala planetária, um novo modelo de desenvolvimento, conciliando a proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica;

✓ Definição do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, e a

✓ Carta da Terra, que é uma declaração de princípios fundamentais para a construção de uma sociedade global, sendo justa, sustentável e pacificadora. Esta carta objetiva sensibilizar os povos e nações, para um novo sentido de globalização, que se responsabilize pelo bem-estar da família humana e do mundo em geral. Detém uma visão ética inclusiva que reconhece a ligação entre a proteção ambiental, os direitos humanos, o desenvolvimento humano equilibrado e a paz. Fazendo crescer um novo pensamento acerca das relações humanas e do modelo de desenvolvimento atual, no intuito de gerar um novo conceito, mais amplo sobre o que constitui uma comunidade sustentável e o próprio desenvolvimento sustentável. Pode ser percebida como de fato a carta em que a Mãe Terra escreve aos seus filhos – homens – gritando pelo socorro e mostrando a maneira correta de conduzirmos nossas ações.

Ainda em 1992, o IBAMA cria os Núcleos de Educação Ambiental, conhecidos como NEA, existentes em todas as suas Superintendências Estaduais e na sede do Instituto, em Brasília. A criação destes núcleos visava estimular a descentralização dos processos de educação ambiental pelos estados brasileiros.

Seguindo com os fatos, chega-se em 1996, ano em que se inclui a educação ambiental como tema transversal do currículo, de acordo com os Novos Parâmetros Curriculares do MEC. Em 1999, é aprovada a Lei nº 9.597, de 27 de abril, que dispõe sobre a Educação Ambiental e institui a Política Nacional de EA. Neste cenário, é criado o Departamento de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (MMA), cuja missão é “estimular a ampliação e o aprofundamento da educação ambiental em todos os municípios e setores do país, contribuindo para a

construção de territórios sustentáveis e pessoas atuantes e felizes” (BRASIL, 2008d).

A partir da aprovação da Lei de educação ambiental, diversas ações que já existiam tomaram força e encorajaram demais pessoas e grupos sociais a lutarem por esta causa, tendo em vista que de acordo com Dias (2004), o número de Organizações Não Governamentais e Movimentos da Sociedade Organizada cresceu numa progressão geométrica. E neste contexto, com o fim de dar suporte à essas tantas ações, foi lançado em 2002 pelo MMA, o Sistema Brasileiro de Informação sobre Educação Ambiental e Práticas Sustentáveis (SIBEA), que é uma grande rede de educadores ambientais e suas respectivas competências, onde cada educador se cadastra, disponibilizando seu currículo e ficando à disposição da comunidade virtual para troca de informações. A partir desta realidade, surgem e se fortalecem as redes de educação ambiental, no intuito de unificar e discutir preocupações, interesses e ações relacionadas à EA.

Em meados de agosto e setembro, ainda do ano de 2002, foi realizado em Johannesburgo, na África do Sul, o Encontro da Terra, também conhecido como Rio+10, que teve como finalidade a avaliação das deliberações tomadas na Conferência do Rio em 1992, a ECO-92.

Neste processo, é mister salientar que muitas ações tem sido realizadas em prol do meio ambiente até os dias atuais, com destaque para as Conferências Nacionais de Meio Ambiente, que são realizadas a cada dois anos e que tem como objetivo levar as preocupações e reivindicações da sociedade para os governantes para que sejam tomadas medidas políticas para a melhoria da qualidade de vida da população em geral. Existe também a Conferência Nacional Infanto-juvenil de Meio Ambiente, que tem como público alvo adolescentes de 11 a 14 anos como

delegados e jovens de 15 a 29 anos como facilitadores. Consiste num processo semelhante ao da Conferência Nacional adulta, porém o diferencial é a capacitação e vivência ambiental pelas quais os delegados e facilitadores são submetidos.

Portanto, o que é preciso fazer é continuar na luta e crescente atuação na área socioambiental, para que se possa transformar as realidades trágicas pelas quais o planeta Terra está passando.

Como percebe a antropóloga Margareth Mead, “Nunca duvide de que um pequeno grupo de cidadãos conscientes e comprometidos consiga mudar o mundo. Pois de fato, são os únicos que o tem mudado”.

2.2 ABORDAGEM CONCEITUAL

A educação, na concepção de Ferreira (2004) significa um processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral da criança e do ser humano em geral, visando à sua melhor integração individual e social. Isto é, um processo intelectual do indivíduo, para que este possa estar integrado à sociedade. Com base nesse autor, pode-se ver que o termo ambiental significa relativo ou próprio do meio ambiente e que, por sua vez, é “o conjunto de condições naturais e de influências que atuam sobre os organismos vivos e os seres humanos” (FERREIRA, 2004)⁴. O meio ambiente é formado pelos seguintes fatores sociais: cidadania, ética, comportamento, bem-estar, estado de espírito, trabalho, saúde, alimentação, higiene, cultura, civilidade, convivência, respeito, paz, dentre outros; bem como pelos fatores naturais que são: solos, água, florestas, relevo, geologia, paisagens, clima, fauna, flora, etc.

Para tanto, se for traçado uma relação entre os termos, temos que a educação ambiental é um processo contínuo de aprendizagem e de interação entre os seres humanos, proporcionando o desenvolvimento intelectual e social que visa o equilíbrio do ser humano no meio em que vive.

O conceito de educação ambiental sempre esteve em constante mudança, mesmo com suas evoluções permanece sempre lado a lado ao conceito de meio ambiente, que engloba os aspectos físicos e biológicos. Através da evolução da educação ambiental e dos grandes eventos que discutiram sua concepção passou a se ter um aspecto mais amplo, incorporando-se aos físicos e

⁴ Esta citação direta está sem número de página por se tratar de uma obra eletrônica, disponível em CD-ROM.

biológicos, os fatores econômicos e socioculturais, exaltando uma estreita correlação entre esses variados aspectos. Isabel Carvalho, em seu livro que trata da formação do sujeito ecológico, delimita a transição da palavra ecologia, que perpassa das ciências biológicas para as ciências humanas:

Podemos ver como a palavra ecologia transbordou os limites da ciência biológica e ecológica, transitando do campo estritamente científico das ciências naturais para o campo social. No mundo social essa palavra foi apropriada e retraduzida por uma diversidade de práticas não científicas, como as ações e movimentos sociais, e acabou ganhando novos significados, agora ligados à utopia de um mundo melhor, ambientalmente preservado e socialmente justo. Um conjunto de ações políticas inspiradas pelo desejo de ver uma relação mais harmoniosa entre sociedade e ambiente passou a ser conhecido como lutas ecológicas. Tais ações constituíram um movimento social, o movimento ecológico, que se caracteriza pela compreensão holística do mundo e defende a construção de relações ambientalmente justas com a natureza e entre os seres humanos. Assim, há o deslocamento da idéia de ecologia, que passa a denominar não mais apenas um campo do saber científico, mas também um movimento da sociedade, portador de uma expectativa de futuro para a vida neste planeta. Mais do que a ciência ecológica é o ecologismo que constitui a origem da EA e da formação do sujeito ecológico. (CARVALHO, 2004, p.40)

Como observado no capítulo anterior, sabe-se que a educação ambiental é uma área que vem sendo discutida há um pequeno espaço de tempo, onde somente recentemente o Homem passou a ser compreendido como parte integrante do meio ambiente. Com isso, a EA não era, e em alguns casos ainda não é, associada a questões sociais, onde o ser humano está incluso, por isso que o conceito socioambiental ainda é pouco discutido.

De acordo com o Informe Final da Conferência de Tbilisi,

*a educação ambiental é parte integrante do processo educativo. Deve girar em torno de problemas concretos e ter um caráter **interdisciplinar (grifo nosso)**. Sua tendência é reforçar o sentido dos valores, contribuir para o bem-estar geral e preocupar-se com a sobrevivência da espécie humana. Deve, ainda, aproveitar o essencial da força da iniciativa dos alunos e de seu empenho na ação, bem como inspirar-se nas preocupações tanto imediatas quanto futuras. (EDUCAÇÃO..., 2007, p.33)*

Observa-se, no entanto, que a educação ambiental tem um caráter interdisciplinar. Por isso, deve ser trabalhada de forma igual entre todas as áreas do conhecimento, haja vista que os temas relacionados à EA são: ética, saúde, orientação sexual, pluralidade cultural, música, dentre outros. Logo, a educação ambiental precisa que ser vista como uma prática contextualizada entre as áreas do conhecimento, caso contrário não surte o efeito necessário e desejável, assim como mostra Loureiro (2004, p.81)

A falta de percepção da Educação Ambiental como processo educativo, reflexo de um movimento histórico, produziu uma prática descontextualizada, voltada para a solução de problemas de ordem física do ambiente, incapaz de discutir questões sociais e categorias teóricas centrais da educação. E mais, a ausência de reflexão sobre o movimento ambientalista, seus propósitos e significados políticos, levou à incorporação acrítica por parte dos educadores ambientais, das tendências conservadoras e pragmáticas dominantes, estabelecendo ações educativas entre o social e o natural, fundamentadas em concepções abstratas de ser humano e generalistas e idealistas no modo como definem a responsabilidade humana no processo de degradação ambiental. Portanto, houve a possibilidade institucional e histórica de concretização de uma Educação Ambiental que ignorou princípios do fazer educativo e a diversidade e radicalidade inserida no ambientalismo, perdendo o sentido de educação como vetor da transformação social e civilizacional.

É sobre esta perspectiva que devemos entender a EA, como uma prática de transformação social, que necessita da ação conjunta de todos cidadãos e dos setores da sociedade, como defende Mauro Guimarães ao dizer que

é dessa forma que a educação ambiental crítica, voltada para a formação da cidadania ativa e planetária, poderá ser um importante instrumento que contribua para a gestão de relações sustentáveis, em qualquer que seja o espaço, entre sociedades humanas e a natureza, já que é intrínseca, a essa concepção de educação ambiental, a conquista de espaços de participação e mobilização, nas diferentes escalas de gestão. (GUIMARÃES, 2004, p.80)

No processo de educação ambiental atual, a maioria dos teóricos são os próprios agentes ambientais, que são membros atuantes na luta pelo equilíbrio do meio ambiente e são pessoas que contribuem na construção de conceitos e

diretrizes para a melhoria da qualidade de vida na Terra, fortalecendo e ampliando ainda mais o debate socioambiental nas universidades e em eventos da área. São estes que estão inserindo em seus pensamentos, livros e discussões, o termo socioambiental para designar de forma mais completa o foco de ação da EA. Isabel Carvalho já definia que

A visão socioambiental orienta-se por uma racionalidade complexa e interdisciplinar e pensa o meio ambiente não como um campo de interações entre a cultura, a sociedade e a base física e biológica dos processos vitais, no qual todos os termos dessa relação se modificam dinâmica e mutuamente. Tal perspectiva considera o meio ambiente como espaço relacional, em que a presença humana, longe de ser percebida como extemporânea, intrusa ou desagregadora ("câncer do planeta"), aparece como um agente que pertence à teia de relações da vida social, natural e cultural e interage com ela. Assim, para o olhar socioambiental, as modificações resultantes da interação entre os seres humanos e a natureza nem sempre são nefastas; podem muitas vezes ser sustentáveis, propiciando, não raro, um aumento da biodiversidade pelo tipo de ação humana ali exercida. (CARVALHO, 2004, p. 37)

Assim sendo, é nesta perspectiva que todos os ativistas ambientais devem pensar e atuar. A visão socioambiental, bem definida por Isabel Carvalho, deve ser tomada como ponto de partida para a luta ambiental. Não se pode mais pensar que o meio ambiente é composto apenas pela fauna, flora e recursos hídricos e o solo. Devemos entender o meio ambiente como a totalidade do planeta, em que todos os aspectos em que o homem está envolvido tem papel fundamental no equilíbrio do meio ambiente. Com isso, pode-se observar que problemas sociais como a violência, pobreza, cidadãos apolíticos, drogas, exploração sexual, etc. são todos objetos de luta dos movimentos sociais.

A educação ambiental para a sustentabilidade equitativa é um processo de aprendizagem permanente, baseado no respeito a todas as formas de vida. Tal educação afirma valores e ações que contribuem para a transformação humana e social e para a preservação ecológica. Ela estimula a formação de sociedades socialmente justas e ecologicamente equilibradas, que conservam entre si relação de interdependência e diversidade. Isto requer responsabilidade individual e coletiva em nível local, nacional e planetário.

Consideramos que a preparação para as mudanças necessárias depende da compreensão coletiva da natureza sistêmica das crises que ameaçam o futuro do planeta. As causas primárias de problemas como o aumento da pobreza, da degradação humana e ambiental e da violência podem ser identificadas no modelo de civilização dominante, que se baseia em superprodução e superconsumo para uns e em subconsumo e falta de condições para produzir por parte da grande maioria. [...] Consideramos que a educação ambiental deve gerar, com urgência, mudanças na qualidade de vida e maior consciência de conduta pessoal, assim como harmonia entre os seres humanos e destes com outras formas de vida. (TRATADO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 2002, p.1)

Com base na Lei Federal Nº 9.795, de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, regulamentada em 25 de junho de 2002, através do Decreto N.º 4.281, a qual é a mais recente e a mais importante diretriz legal para a Educação Ambiental, estão definidos os princípios relativos à EA, que deverão ser seguidos em todo o País. Identificou-se que fazem parte dos princípios básicos da educação ambiental as seguintes questões:

- ✓ O enfoque holístico, democrático e participativo;
- ✓ A concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, sócio-econômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;
- ✓ O pluralismo de idéias e concepções pedagógicas;
- ✓ A permanente avaliação crítica do processo educativo;
- ✓ A abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;
- ✓ A vinculação entre a ética, educação, trabalho e as práticas sociais;
- ✓ O reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural.

Ainda de acordo com a Política Nacional de EA, observa-se que os objetivos fundamentais da educação ambiental são:

- ✓ Democratização das informações⁵;
- ✓ Fortalecimento da consciência crítica sobre a problemática social e ambiental;
- ✓ Incentivo à participação individual e coletiva, de forma permanente e responsável na preservação do meio ambiente;
- ✓ O fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade;
- ✓ O desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações.

Fazendo uma análise dos princípios e principalmente dos objetivos retratados por essa Política, o que mais fica evidente são os espaços deixados em que o Bibliotecário pode se inserir. Foi através dos aspectos acima destacados, que esta monografia se pautou, uma vez que objetiva despertar o profissional da informação para seu papel diante deste contexto social. Contudo, esta discussão acerca do papel social dos profissionais bibliotecários fica reservada para o capítulo seguinte.

⁵ Destacado na Política Nacional de EA em primeiro plano, espaço em que o Bibliotecário deve investir em sua atuação.

3 INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO

A palavra informação deriva do latim e significa um processo de comunicação ou algo relacionado com comunicação. De acordo com várias definições, pode-se dizer que informação é o resultado obtido com o tratamento de determinados dados, apresentado de forma sistematizada – com tratamento – que a faz ser útil, podendo gerar conhecimento para os indivíduos que as detêm. E conhecimento é o que se conhece acerca de algo ou alguém, formado por um conjunto de informações. No que diz respeito aos dados, pode-se afirmar que são uma representação, um registro, ou até mesmo chamada de informação bruta, que ainda não passou por um tratamento.

A informação que serve de insumo para o profissional bibliotecário é a informação registrada em qualquer tipo de suporte, não ficando apenas restrita aos livros e periódicos impressos, mas também aos materiais em suporte digital, como observa-se na citação de Smit e Barreto apud Pena (2007, p.57):

Informação – estruturas simbolicamente significantes, codificadas de forma socialmente decodificável e registradas (para garantir permanência no tempo e portabilidade no espaço) e que apresentam a competência de gerar conhecimento para o indivíduo e para o seu meio. Estas estruturas significantes são estocadas em função de um uso futuro, causando a institucionalização da informação.

Sendo assim, a informação cada vez mais assume uma importância efetiva para todos os segmentos da sociedade, pois é considerada como um bem de valor e insumo básico para a geração do conhecimento. O indivíduo que se mantém atualizado, ou seja, informado, demonstra o grau de conhecimento acerca de um determinado contexto. Vale salientar, que a informação só é munida de importância

caso ela seja fruto de uma troca entre duas ou mais pessoas. Sendo assim, se transforma em conhecimento e processa uma nova informação, gerando um processo contínuo.

Pode-se destacar alguns benefícios acerca deste processo gerado pela informação e conhecimento, ou seja, possibilitam maior rentabilidade e maior competitividade nas organizações, permitem uma visão crítica do mundo, facilita no aprendizado, torna a pessoa um cidadão politizado, que cumpre seus deveres, sabe cobrar seus direitos, dentre outros.

No caso das organizações, observa-se que elas estão em “estado de necessidade” de informação permanente, pois esta é o elemento-chave e essencial para a sua existência. Um gestor que utilizá-la de forma eficiente, em quantidade adequada e no momento certo, alcançará maior vantagem competitiva e maior lucratividade, haja vista que a informação é um recurso que possibilita o acesso ao conhecimento dos ambientes externos e internos de uma organização, bem como na atuação dos mesmos. A organização deve saber selecionar as informações que são relevantes com qualidade suficiente para uma determinada tomada de decisão, dessa forma, se tornarão eficazes. Saber fazer uso da informação crítica é fundamental para a sobrevivência da organização, já a informação mínima é importante para a gestão da organização e a informação potencial permite uma vantagem competitiva. Neste contexto, a informação e o conhecimento deixam de ser um produto apenas de interesse das universidades e dos pesquisadores. E passam a ocupar o mercado como um todo, tornando-se fundamental para a empresa alcançar maior produtividade e competitividade.

No caso dos indivíduos, e de uma forma pessoal, a informação tem um papel estritamente social, uma vez que os tornam cidadãos pensantes, éticos,

críticos e principalmente atuantes. É esse processo de informação e conhecimento que Paulo Freire defende e classifica como AUTONOMIA, que será discutida mais adiante no decorrer deste trabalho. Quando um indivíduo é dotado de conhecimentos, oriundos deste processo, se tornam autônomos às suas próprias decisões, passando a pensar e agir de acordo com seus princípios e não mais sendo “coagido” a tomar certas decisões, nem tampouco as tomando de forma deliberada e impensada. Sendo assim, o supracitado processo é um grande aliado na construção – ou melhor – na reformulação de uma nova realidade para um país. Com isso se dá a grande importância da presença do bibliotecário neste processo, pois este é um profissional habilitado para lidar com a informação em todos os seus suportes, desde o armazenamento até a disseminação.

Segundo Coury (2008),

a informação é o ingrediente básico para que a evolução aconteça, para que o desenvolvimento humano se realize de forma plena e completa. E, à medida que se desdobram as carências e necessidades da vida do Homem - em especial dos que habitam os complexos nichos de agrupamento societários na era moderna -, mais exigente e diferenciada fica a vida e mais necessário torna-se o domínio sobre o meio.

As informações são vitais para a sobrevivência, não somente no sentido da busca por comida e água, mas de todas as demais coisas que preenchem a vida humana, em sua necessidade de vencer e dominar forças e recursos da natureza para atender a novas demandas originadas no enriquecimento da vida.

3.1 A AUTONOMIA SUGERIDA POR PAULO FREIRE

Diante dos mais diversos desafios que o ser humano vem enfrentando na contemporaneidade, o processo de formação educacional das pessoas tem uma importância fundamental, tendo em vista que é uma ferramenta essencial para construção da cidadania. Assim sendo, indivíduos conscientes e autônomos, detentor de um bom nível cultural e intelectual são indispensáveis na construção desta cidadania.

O modelo atual da nossa educação precisa ser repensado, pois não estamos preparados para o processo de aprender a aprender e o aprendizado ao longo da vida. Logo, é preciso pensarmos a educação como uma força motriz no processo de reconstrução do indivíduo, tornando-se um sujeito social ativo, capaz de apontar novos caminhos no fazer contínuo do conhecimento. O pensamento educacional deve seguir um modelo em que haja um diálogo crítico e uma abertura para o novo, afim de que esta transformação ocorra. Como percebe Edgar Morin na célebre frase:

Tenho em mente um ensino educativo. A missão desse ensino é transmitir não o mero saber, mas uma cultura que permita compreender nossa condição e nos ajude a viver; que favoreça, ao mesmo tempo, um modo de pensar aberto e livre.

Isto que dizer que precisa-se desenvolver outras formas de inteligibilidade, como propósito de resgatar os valores essenciais do ser humano que tem sido perdidos diante valores materiais e físicos que estão em destaque e, tal resgate, precisa estar pautado num aprendizado contínuo com vistas à realidade.

Como percebe Paulo Freire (1996), a educação deve ser vista como um processo político-pedagógico que visa fortalecer a consciência da cidadania, buscando emancipar os sujeitos sociais, através da auto-reflexão de sua história, este é o processo da autonomia, defendido pelo autor. A autonomia é a educação para a liberdade, que partilha o saber e promove uma ansiedade coletiva na construção de uma democracia plena; “a pedagogia da autonomia nos apresenta elementos constitutivos da compreensão da prática docente enquanto dimensão social da formação humana” (FREIRE, 1996, p.11). Diante desta realidade sugerida por Paulo Freire, é necessário incentivar a criação de novos espaços de aprendizagem, preparados para acolher novos sujeitos em fase de aprendizado. Nisto consiste também a atuação dos profissionais da informação, a percepção da responsabilidade social dos mesmos neste novo processo educacional, inseridos nos supracitados espaços de aprendizagem. Nesse sentido, esse novo modelo de democracia participativa pode ser gerado com base na produção do conhecimento e a sua disseminação por profissionais qualificados, atuantes e competentes em informação.

A pedagogia freireana possibilita o rompimento com a educação vertical e a imposição do saber dominante sobre os dominados. Opondo-se ao autoritarismo deste saber, a sua proposição considera a complexidade do saber popular e o entende como possibilidade de transformação. (FREIRE, 1996). Ou seja, Freire idealiza a educação como um processo de pluralidade, capaz de reunir as interações psicológicas, sociais e políticas verificadas nos mais diversos campos da atuação humana.

Segundo Freire (1996), a educação como prática da liberdade coloca o diálogo em primeiro plano, como categoria essencial para a emancipação da

sociedade. Luta pela revitalização da cultura dos indivíduos, direcionada para uma transformação social. Ainda citando o autor, pode-se dizer que a educação como prática da liberdade é, nesse contexto, uma situação gnoseológica, na qual “o ato de saber não termina no objeto a ser conhecido, mas se perpetua na relação dialógica com os participantes do processo” (FREIRE, 1996). Em linhas gerais, compreende-se que não é o esforço de adaptação do sujeito aprendiz ao meio no qual está inserido, e sim, a possibilidade de formar uma consciência crítica acerca do mundo. O autor percebe a educação situada no ensino da condição humana e no respeito à alteridade dos sujeitos, bem como entende a educação como um espaço vivo apto a formar tanto competências técnicas, como morais e éticas, através da partilha do conhecimento, proporcionando uma sociedade mais justa e igualitária.

Freire (1996) sugere a luta contra qualquer tipo de desigualdade e preconceito, pois diz que isso é uma questão de educação. Percebe também que embora a educação seja bastante defendida por ele, sabe que não é apenas ela que pode mudar tudo, mas ressalta que a educação pode servir de intervenção no mundo e para o mundo, logo acredita que a educação é política, assim sendo, capaz de mudar o mundo, como contextualiza em suas palavras: “o mundo não é, o mundo está sendo”, está se transformando – acredita ele – através da educação.

Portanto, o processo de educar, tanto a si próprio quanto aos demais, é um dos grandes desafios para o profissional da informação e um passo importante para a formação da cultura informacional na sociedade. Logo, o bibliotecário deve se compreender como um educador, uma vez que lida diretamente com a informação e com seres humanos em fase de aprendizagem. Permitir a todos o acesso a informação é crucial para o desenvolvimento individual e coletivo, haja vista a

necessidade de preparar os cidadãos para a sociedade da informação, a qual se configura como uma sociedade em constante evolução e competitividade.

A formação dos indivíduos deve ser responsável de dotá-los de possibilidades, responsabilidade, instrumentos e competências cognitivas necessárias para o desempenho de uma cidadania ativa, a qual é a maior premissa para uma democracia plena, ou seja, “uma pedagogia fundada na ética, no respeito à dignidade e à própria autonomia do educando” (FREIRE, 1996, p.10).

Assim sendo, percebe-se que a função primordial da educação é proporcionar a todos os seres humanos a liberdade de pensamento, de juízo, de sentimentos e imaginação que necessitam para que seus talentos alcancem a plenitude, ou seja, proporcionar a AUTONOMIA. Nesse mundo em que informação e conhecimento a cada dia que passam se configuram como moeda de valor na sociedade da informação. O processo da autonomia se completa quando o indivíduo de fato está apto a tomar decisões, como sugere Paulo Freire ao dizer que:

*Meu papel no mundo não é só o de quem constata o que ocorre mas também o de quem intervém como sujeito de ocorrência. Não sou apenas objeto da **História**, mas seu sujeito igualmente. No mundo da História, da cultura, da política, **constato** não para me **adaptar** mas para **mudar**. [...] Ninguém pode estar no mundo, como o mundo e com os outros de forma neutra. Não posso estar no mundo de luva nas mãos **constatando** apenas. A acomodação em mim é apenas caminho para a **inserção**, que implica **decisão, escolha, intervenção** na realidade. (FREIRE, 1996, p.77)*

Com isso, percebe-se que no processo de educação ambiental, o pensamento freireano está inteiramente atualizado, pois como já fora explicado anteriormente, a educação ambiental é justamente um processo educacional que visa emancipar os cidadãos, para que os mesmos tenha uma consciência crítica a respeito do meio ambiente como um todo, e com isso passem a agir em prol do bem

estar coletivo. Como prevê a legislação vigente, a EA deve estar inserida no ambiente escolar.

Nas escolas, a educação ambiental deverá estar presente em todos os níveis de ensino, como tema transversal, sem constituir disciplina específica, como uma prática educativa integrada, envolvendo todos os professores, que deverão ser treinados para incluir o tema nos diversos assuntos tratados em sala de aula. A dimensão ambiental deve ser incluída em todos os currículos de formação dos professores. Os professores em atividade deverão receber formação complementar. (BRASIL, 1999)

Freire (1996) acredita que ensinar requer a plena convicção de que a transformação é possível, haja vista que a história deve ser afrontada como uma possibilidade e não como um determinismo conformado, pronto e inalterável. O educador não pode ver a prática educativa como algo sem importância, sendo preciso lutar e insistir em revoluções e mudanças; a educação ambiental faz parte de uma revolução/transformação social da humanidade.

4 O PROFISSIONAL BIBLIOTECÁRIO

De acordo com Ferreira (2004), o profissional pode ser definido como um indivíduo que detêm o conhecimento acerca de um conjunto de funções inter-relacionadas com habilidades intelectuais e práticas baseadas em um aprendizado acadêmico ou por meio de treinamento e estágios de aprendizagem. Tais habilidades podem ser reescritas ou redefinidas por motivo de novas descobertas científicas e as novas tecnologias, e até mesmo por decisões econômicas e políticas.

Assim sendo, com a explosão informacional ocorrida com a invenção da imprensa, por Gutenberg, no século XV, surgiu uma grande necessidade de além de se armazenar o grande número de informações que estavam sendo publicadas. Neste sentido, muitos bibliotecários dos séculos passados⁶ começaram a se preocupar não só com a armazenagem, e sim com o processamento das informações, facilitando na recuperação da mesma (PENA, 2007). Neste contexto, no século XIX, é elaborado pelo bibliotecário americano Melvin Dewey, o primeiro sistema de classificação de maior destaque no cenário universal, denominado Classificação Decimal de Dewey (CDD), existente em diversos idiomas e edições, utilizados até hoje em diversas regiões do mundo.

Um pouco mais tarde foi criado o sistema de classificação chamado Classificação Decimal Universal (CDU), não menos importante que a CDD –que serviu de base –, criado no final do século XIX pelos belgas, Paul Otlet e Henri La Fontaine; também muito utilizado nos dias atuais no mundo todo. Tais sistemas

⁶ Exemplo desses bibliotecários: Florian Treffer, Gabriel Naudé, dentre outros citados pelo autor. (PENA, 2007)

objetivam justamente o processamento das informações, no intuito de armazená-las com maior cuidado, privando pela seleção e classificação adequada, levando em consideração assunto e autores; facilitando, desta forma, a recuperação da informação. Contudo, a partir do século XX, o ramo da biblioteconomia passou também para o âmbito da disseminação da informação, momento em que se assimila a real importância do usuário no processo do fazer biblioteconômico.

No final do século XX, quando a explosão do uso dos computadores e sobretudo da Internet, defendida por alguns autores como a terceira revolução da comunicação, assimilando como as duas primeiras a invenção da escrita e da imprensa, respectivamente. Essa terceira revolução ocasionou um novo aumento no fluxo informacional, “o meio digital se constitui [...] no espaço sem precedentes para o registro e recuperação de documentos textuais, sonoros e imagéticos [...]” (ALVARENGA apud PENA, 2007, p.47).

A partir deste cenário digital/eletrônico/virtual que se configuram os cursos de graduação, que formam os profissionais bibliotecários. Estes passam a se preocupar de maneira mais incisiva com a formação tecnológica, tendo em vista as Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTICs). Com isso, a preocupação com o papel social da biblioteconomia, muitas vezes tem ficado à segundo plano; o que gera uma divisão na área entre o social e o tecnológico. Singer delimita bem essa postura ao dizer que

Nós mais do que qualquer um devemos compreender o poder da biblioteca. Apesar de tudo a World Wide Web não é a primeira nem a melhor compilação do conhecimento humano. Olhar fixamente uma tela de computador não é sempre o método ótimo de processar informação. Nós necessitamos compreender a tecnologia, o computador de outra maneira, como uma ferramenta entre muitas. E nós necessitamos reconhecer a importância da biblioteca como uma instituição original, de seus livros em toda a sua glória tátil, e de nós como os mediadores do conhecimento. (SINGER, apud PENA, 2007)

Ou seja, o autor nos mostra que deve-se ter a preocupação com a biblioteca em seu formato tradicional, bem como um espaço de mediação da informação, assim sendo, exemplifica esta como sendo uma postura pautada também na preocupação com o social.

E ainda, já dizia Paulo Freire que, “formar a experiência educativa em puro treinamento técnico é amesquinhar o que há de fundamentalmente humano no exercício educativo, o seu caráter formador” (FREIRE, 1996, p.33).

É certo que o advento das novas tecnologias tem ajudado e muito no cotidiano do bibliotecário e, por conseguinte, das bibliotecas e seus usuários, mas o que não de se deve é esquecer de que este profissional deve adotar um caráter social que deve ser preservado. O bibliotecário é também um educador, uma vez que detêm o poder de manipular e trabalhar com a informação em seus diversos formatos e suportes, além disso seu público alvo, na maioria das vezes, se configura por ansiosos informacionais.

No que diz respeito à trajetória da biblioteconomia no Brasil, pode-se dizer que um importante marco para a profissão foi a criação da Biblioteca Nacional (BN) localizada no Rio de Janeiro em 1810, gerenciada por indicação de religiosos. A partir do ano de 1879, ano em que ocorreram mudanças na administração da Biblioteca, houve a abertura de concursos públicos para o provimento das vagas de seus funcionários, com destaque especial para os bibliotecários, que até o ano de 1824 eram chamados de Prefeito ou Zelador. Os candidatos as vagas para bibliotecários deveriam assumir um perfil baseado nos padrões da primeira escola de formação de profissional para bibliotecas do mundo, a *École de Chartes* em Paris.

Nesse sentido, vale ressaltar a idéia de Castro (2000, p.69) ao afirmar que,

Em resumo, era condição, para ser bibliotecário, possuir cultura geral o que incluía, além de conhecimento da língua materna, demonstrado em prova escrita, saberes universais dos diversos campos, aliados aos domínios dos idiomas falados nas Artes, Ciências e Letras. (CASTRO, 2000, p. 69).

Preocupada com a formação dos bibliotecários, a BN cria em 1911 e inicia em 1915, o primeiro curso de biblioteconomia do país, fundamentado na formação erudita herdada da tradição francesa da *École de Chartes*.

Segundo Pena (2007), em 1929, foi criado o curso de biblioteconomia de São Paulo, no *Makenzie College*. Este foi fundamentado nas teorias americanas de ensino, devido as parcerias com escolas americanas realizadas pelas bibliotecas do estado. Esse curso teve fim no ano de 1936, substituído pelo curso de Biblioteconomia do Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo, criado por Rubens Borba de Moraes.

A caracterização da profissão de bibliotecário foi fundada nesta base apresentada anteriormente, o que ocasionou nesta divisão entre o social e tecnológico. Pois, de um lado estava a formação mais erudita vinda da França e instalada no Rio de Janeiro pela BN. Do outro lado, existia a base americana, uma formação mais técnica, desenvolvida pela escola São Paulo. Como caracteriza Pena (2007, p.50)

O primeiro perfil, de influência francesa, apresentava uma formação mais intelectualizada e o último, sob influência americana, tinha a característica de privilegiar a técnica nos primórdios representada pelo meticuloso trabalho de manipulação de normas e regras para a organização da catalogação, classificação etc. Esta diferenciação de perfis de formação se deu até o ano de 1944, período a partir do qual houve a equiparação curricular com prevalência do modelo americano.

Ainda de acordo com esse autor, em 1944, aconteceu uma nivelção dos currículos dos cursos de formação de bibliotecários, onde prevaleceu a base americana, primando pela formação técnica dos profissionais. Por isso, o perfil tecnológico de grande parte dos currículos das universidades brasileiras, deixando a desejar – na maioria das vezes – na formação social do bibliotecário.

A falta da discussão do papel social do bibliotecário, ou seja, da sua responsabilidade social, tem dificultado na realização de ações voltadas às causas socioambientais. Muitos bibliotecários nem sabem que podem trabalhar a educação ambiental nas bibliotecas e em salas de aula com a parceria entre professores.

Finalmente, é de suma importância que haja um equilíbrio entre a formação técnica e humana da profissão, tendo em vista que “o bibliotecário exclusivamente preso aos números da sua tabela de Dewey é também inferior ao que a biblioteca representa como cultura e às próprias funções que deve desempenhar” (MARTINS, 2002, p. 338).

4.1 A BIBLIOTECONOMIA NA CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES

no Brasil, a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) é o documento normalizador que reconhece, nomeia e dá a codificação dos títulos e conteúdos das ocupações do mercado de trabalho. É ao mesmo tempo uma classificação enumerativa e uma classificação descritiva. A primeira codifica empregos e outras situações de trabalho para fins estatísticos de registros administrativos, censos populacionais e outras pesquisas domiciliares. Já a segunda inventaria detalhadamente as atividades realizadas no trabalho, os requisitos de formação e experiência profissionais e as condições de trabalho (BRASIL, 2008b).

A estrutura básica da CBO foi elaborada no ano de 1977, proveniente de um acordo entre o Brasil e a Organização das Nações Unidas (ONU), por intermédio da Organização Internacional do Trabalho (OIT), tendo como base a Classificação Internacional Uniforme de Ocupações (CIUO), de 1968 (BRASIL apud PENA, 2007, p.79). A responsabilidade de elaboração e atualização da CBO é atribuída ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

É uma ferramenta de suma importância para as estatísticas de emprego-desemprego, para o estudo das taxas de natalidade e mortalidade das ocupações, para o planejamento das reconversões e requalificações ocupacionais, na elaboração de currículos, no planejamento da educação profissional, no rastreamento de vagas, dos serviços de intermediação de mão-de-obra. (BRASIL, 2008b)

A forma com que a CBO reconhece as ocupações se dá por intermédio de pesquisa de campo, em que os pesquisadores identificam as ocupações existentes

no mercado de trabalho. Após serem identificadas, descritas e nomeadas, as ocupações recebem um código identificador na CBO.

Assim sendo, de acordo com a CBO, o Bibliotecário está dentro do grande grupo dos profissionais da informação e recebe a numeração **2612-05**, que se aplica as demais profissões: Bibliógrafo , Biblioteconomista , Cientista de informação , Consultor de informação , Especialista de informação , Gerente de informação e Gestor de informação.

Tem como descrição sumária o seguinte:

*Disponibilizar informação em qualquer suporte; gerenciar unidades como bibliotecas, centros de documentação, centros de informação e correlatos, além de redes e sistemas de informação. Tratar tecnicamente e desenvolver recursos informacionais; **disseminar informação com o objetivo de facilitar o acesso e geração do conhecimento; desenvolver estudos e pesquisas; realizar difusão cultural; desenvolver ações educativas (grifo nosso)**. Podem prestar serviços de assessoria e consultoria. (BRASIL, 2008b)*

Com base na descrição acima, as atividades grifadas são as que disponibilizam um espaço para a **ação** do bibliotecário na promoção da educação e, conseqüentemente, a ambiental, uma vez que a própria CBO prevê em seu escopo, a atividades como:

*Promover ação cultural
Promover atividades de fomento à leitura
Promover eventos culturais
Promover atividades para usuários especiais
Organizar atividades para a terceira idade
Divulgar informações através de meios de comunicação formais e informais
Capacitar recursos humanos
Elaborar serviços de apoio para educação presencial e à distância
Ministrar palestras
Realizar atividades de ensino
Organizar bibliotecas itinerantes
Promover atividades infanto-juvenis. (BRASIL, 2008b)*

Logo, tais atividades deixam um enorme espaço de atuação aos bibliotecários, para que atuem na educação ambiental, espaço este que será discutido nos próximos itens.

E por fim, a CBO define como competências pessoais inerentes aos profissionais da informação:

Manter-se atualizado;
Liderar equipes;
Trabalhar em equipe e em rede;
Demonstrar capacidade de análise e síntese;
Demonstrar capacidade de comunicação;
Demonstrar capacidade de negociação;
Agir com ética;
Demonstrar senso de organização;
Demonstrar capacidade empreendedora;
Demonstrar raciocínio lógico;
Demonstrar capacidade de concentração;
Demonstrar pró-atividade;
Demonstrar criatividade. (BRASIL, 2008b)

Apenas no intuito de contextualização, os profissionais da informação estão inseridos no Código internacional CIUO 88 sob a numeração 2432, referente aos Bibliotecários, documentalistas e áreas afins (BRASIL, 2008b).

4.2 A PROFISSÃO NO BRASIL

Antes da regulamentação da profissão através da Lei 4.084, de 30 de junho de 1962, a atuação bibliotecária era exercida no país de forma ilegal – ou melhor – sem o reconhecimento legal. Além de restringir a atuação profissional para os graduados em biblioteconomia, esta lei instituiu a criação do Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB) e dos Conselhos Regionais de biblioteconomia (CRB), dando aos mesmos a missão de fiscalizar a atuação profissional, e dotando-os de “personalidade Jurídica de direito público, autonomia administrativa e patrimonial” (Art.9 da Lei 4.084, de 30 de junho de 1962).

As atribuições do fazer biblioteconômico foram delimitadas em 1965, pelo decreto 56.725, que regulamentou a Lei nº. 4.084/62, nos parágrafos 8 e 9:

Art.8º- São atribuições do Bibliotecário a organização, direção e execução dos serviços técnicos de repartições públicas federais, estaduais, municipais e autárquicas, bem como de empresas particulares, concernentes às matérias e atividades seguintes:

I- O ensino das disciplinas específicas de Biblioteconomia;

II - A fiscalização de estabelecimentos de ensino de Biblioteconomia reconhecidos, equiparados ou em via de equiparação;

III- Administração e direção de bibliotecas;

IV- Organização e direção dos serviços de documentação;

V- Execução dos serviços de classificação e catalogação de manuscrito e de livros raros ou preciosos, de mapotecas de publicação oficiais e seriadas, de bibliografia e referência.

Art.9º- O Bibliotecário terá preferência, quando à parte relacionada com sua especialidade, no desempenho das atividades concernente a:

I- Demonstrações práticas e teóricas da técnica Biblioteconômica em estabelecimento federais, estaduais ou municipais;

II- Padronização dos serviços técnicos de Biblioteconomia;

III- Inspeção, sob o ponto-de-vista de incentivar e orientar os trabalhos de recenseamento, estatística e cadastro das bibliotecas;

IV- Publicidade sobre material bibliográfico e atividades da biblioteca;

V- Planejamento de difusão cultural, na parte que se refere a serviço de biblioteca (grifo nosso);

VI- Organização de congresso, seminário, concursos e exposição nacionais e estrangeiras, relativas à Biblioteconomia e à Documentação ou representação oficiais em tais certames. (BRASIL, 1965)

Em observância ao inciso V do art. 9 do decreto nº 56.725, grifado acima, verifica-se a possibilidade de atuação do profissional relacionada à educação ambiental, uma vez que esta perpassa pelas questões culturais, definindo-se assim a EA como um serviço de biblioteca.

Levando em consideração a legislação em destaque, fica claro que, além dos órgãos verificadores como o CFB e os CRB's, os profissionais podem contar com a Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (FEBAB) “que congrega as associações profissionais estaduais e tem como objetivo promover a divulgação da profissão e a realização de cursos de atualização profissional” (PENA, 2007, p.53). Outras organizações que se pode levar em conta são os Diretórios ou Centros acadêmicos, constituídos essencialmente pelos estudantes da graduação, que acima de tudo, se unem em prol da defesa dos direitos estudantis, bem como a promoção cultural e intelectual, através dos encontros estudantis, nacionais e regionais, que discutem temas originais e transversais, relacionados à profissão. Também existem as Associações e os sindicatos, que possuem registro legal, reconhecido pelo Ministério do Trabalho e Emprego, servindo para a defesa dos direitos trabalhistas para a categoria, bem como os pisos salariais.

4.3 O BIBLIOTECÁRIO NO PROCESSO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

No contexto da educação ambiental tem se tornado possível identificar ações intervenientes do profissional bibliotecário nesse processo em discussão. De acordo com o levantamento bibliográfico realizado, pôde-se verificar que na área da Biblioteconomia, o primeiro registro da preocupação com a educação ambiental se deu em 1986 pela então Professora Anna da Soledade Vieira, Titular da Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

De acordo com Vieira (1986), a atuação do bibliotecário neste processo se dá por meio da divisão em duas facetas. A primeira seria o serviço de informação especializada, que consiste no ato do profissional da informação disponibilizar à pesquisa, a informação ambiental de maneira sistematizada e principalmente atualizada, informação esta que “trataria dados fatuais, documentos e informação interdisciplinar, visando apoiar grupos e organizações envolvidos com a proteção e gerenciamento ambientais (ambiente físico, social e humano)” (VIEIRA, 1986, p.202).

Como afirma Vieira (1986), a informação ambiental possibilita ao indivíduo que o mesmo crie valores, seja orientadora de seus julgamentos e, determina ações que, num determinado período de tempo, irá afetar a sociedade como um todo.

Pode-se afirmar que esta preocupação acima descrita se faz bastante coerente, tendo em vista que, de acordo com Trajber (2006), a maior dificuldade encontrada no processo de educação ambiental é a falta de recursos informacionais. Com isso, torna-se evidente a possibilidade de atuação do bibliotecário, ou seja, dar suporte informacional às escolas, movimentos sociais, projetos institucionais, dentre

outros. Mas para isso, o profissional da informação precisa estar atento às necessidades destes grupos, para que seja possível a sua inserção como mediador da informação. Por exemplo, em um projeto de educação de uma escola, o bibliotecário pode ser o responsável pelas ações de pesquisa e levantamento de dados para os alunos, possibilitando-os a discussão em sala de aula e, conseqüentemente, a prática de ações designadas dentro do projeto.

A falta de recursos informacionais nesse processo, fica evidenciada se observada a pesquisa⁷ realizada pelo MEC, a qual apresenta que aproximadamente 93% das escolas brasileiras praticam a educação. Portanto, trata-se, na maioria das vezes, de uma prática ingênua, devido à carência desses recursos. Esta prática ingênua é constatada na pesquisa pelo avanço dos problemas ambientais.

Logo, a necessidade dos recursos informacionais se dá uma vez que, “é a informação ambiental que fornece os dados e metodologias para a reflexão sobre esse processo intervencionista e suas conseqüências” (VIEIRA, 1986, p.203).

E ainda,

é através da informação ambiental que o bibliotecário mais diretamente tem espaço para atuar politicamente, na formação de uma consciência crítica da população e, assim, influenciar na política do país e na defesa da sobrevivência do próprio planeta. (VIEIRA, 1986, p.205)

A informação ambiental é o insumo básico para a promoção da EA, ela é o instrumento politizante para a tomada de decisões sócio-políticas.

Ao fazer uma análise da autonomia já discutida anteriormente, pode-se ver que a informação ambiental permite ao indivíduo, a conscientização, fornece o poder intelectual para pressionar os governos e governantes no sentido de adoção

⁷ Pesquisa - Educação na diversidade: o que fazem as escolas que dizem que fazem educação ambiental (TRAJBER, 2006).

de políticas humanas, ambientais e sociais justas. Ou seja, a informação ambiental transforma em um ser autônomo.

Pelo que sugere Elisabeth Dudziak,

A superação das desigualdades sociais e econômicas passa necessariamente pelo emponderamento das pessoas. Emponderar significa dar autonomia, no sentido de tornar as pessoas emancipadas, enfatizando sua participação social e o controle ativo de suas próprias vidas. Nesse sentido, compreender os fatos da ciência, da política e da tecnologia passa a ser essencial. É a partir dessa compreensão, com base na informação, conhecimento, na ética e nos valores que se torna possível construir uma consciência crítica a respeito de si mesmo e da realidade produzida e vivida. (DUDZIAK, 2007, p.93)

A segunda faceta proposta por Vieira (1986), é a mobilização da população em favor da causa ecológica. Esta maneira se configura como a mais ampla, pois deixa acessível um espaço de atuação incomensurável ao profissional bibliotecário, cabendo ao mesmo o interesse, conhecimento e criatividade, para que seja possível o desenvolvimento de atividades de promoção da educação ambiental.

Neste aspecto, podem-se destacar alguns meios da inserção do bibliotecário no cenário social da educação ambiental:

✓ Participação em eventos de cunho ambiental, tais como: conferências, seminários, jornadas, fóruns, etc.

✓ A prática da educação dentro das bibliotecas, através de projetos interdisciplinares, que promovam a interação dos professores, com a biblioteca e seus usuários/alunos.

✓ A própria reeducação dos funcionários, bibliotecários e usuários da unidade de informação, no intuito de preservar o meio ambiente. Começando pela diminuição no desperdício de papel, uso de canecas plásticas ou copos de vidro para o consumo de água e café (eliminando o uso de descartáveis), etc.

Pode, às vezes, parecer que algumas dessas ações são supérfluas ou sem importância, mas são ações que realmente promovem mudança. Pois “o movimento ecológico propõe uma revolução social” (VIEIRA, 1986, p.203). A partir do momento em que o bibliotecário estiver inserido neste processo, conseguirá identificar de maneira mais clara, a importância do movimento ação-reflexão-ação. tendo em vista que, este, é exatamente o momento em que se torna possível enxergar os resultados alcançados.

De acordo com Dudziak (2007), o papel do bibliotecário deve passar de intermediário da informação para mediador informacional e pedagógico. Uma vez que, aos poucos o bibliotecário incorpora uma nova postura, ao atuar como líder e agente educacional de transformação social. Tanto no âmbito das bibliotecas das instituições educacionais, quanto nos demais espaços de informação e aprendizado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se considerar que o homem é o maior responsável pelas modificações que vem ocorrendo em nosso planeta. É evidente a importância de se educar os futuros cidadãos para que como empreendedores, venham agir de modo responsável e com sensibilidade para o meio ambiente. Assim sendo, o bibliotecário se qualifica como um forte responsável nesse processo educacional, através de sua competência para atuar e liderar ações de educação ambiental.

De acordo com tudo o que foi exposto, é importante que o bibliotecário reflita sobre os desafios que estão à frente. Não só os desafios tecnológicos e de inclusão social diante as NTICs. Mas, sim, os desafios no que tangem as questões socioambientais, no intuito de construir uma sociedade mais justa, que se preocupe com os valores sociais de cada um e que promova o acesso democrático às informações. Desta forma, se tornando um profissional pró-ativo e com a devida responsabilidade social aguçada.

Sendo assim, a informação ambiental tem como fundamento a igualdade de direitos entre cidadãos de diferentes classes sociais e como objetivo, melhorar a qualidade de vida da população. Desta forma, como evidencia a literatura analisada, o bibliotecário, como mediador da informação, deve comunicar a seu público alvo, por diversos meios, a nova concepção da questão socioambiental. Isto posto, no intuito de ressaltar a importância da pessoa humana, o respeito pela natureza e o princípio da interdependência natural e social.

A informação ambiental possibilita aos indivíduos que detenham o conhecimento da problemática ambiental em seus diversos aspectos, das

alternativas de soluções, da necessidade de mudança de valores e atitudes. Eles também vão construindo a própria cidadania ambiental. Além disso, passam a valorizar o trabalho em equipe pelo bem comum, aprender a ser democráticos, ou seja, discutindo, dialogando e negociando opiniões diferentes em um ambiente pacífico sem precisar recorrer a meios mais violentos como agressões físicas, por exemplo. Desta forma, a educação ambiental também pode ser encarada como uma educação para a paz.

Contudo, o profissional da informação – bibliotecário – necessita se engajar cada vez mais a respeito das questões socioambientais, a fim de participar do movimento ambientalista, tornando-se um ativista dessa causa de foco mundial. Para isso, torna-se essencial a mudança da imagem do bibliotecário tradicional neutro, meros guardiães de livro!

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n. 4.084, de 30 de junho de 1962. Dispõe sobre a profissão de bibliotecário e regulamenta seu exercício. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 02. jul. 1962.

BRASIL. Decreto n. 53.725, de 16 de agosto de 1965. Regulamenta a Lei n. 4.084, de 30 de junho de 1962, que dispõe sobre o exercício da profissão de bibliotecário. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 19. ago. 1965.

BRASIL. Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 02 set. 1981.

BRASIL. Lei 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 28 abr. 1999.

BRASIL. Decreto 4.281, de 25 de junho de 2002. Regulamenta a Lei 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 26 jun. 2002a.

BRASIL. **Constituição da república federativa do Brasil**. 19.ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Divisão de Publicações, 2002b.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Projeto Sala Verde. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2007. 16 p. Disponível em: <<http://www.salaverde.cjb.net>>. Acesso em: 13 ago. 2008a.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Classificação Brasileira de Ocupações**. CBO 2002. Disponível em: <www.mtecbo.gov.br> Acesso em: 02 set. 2008b.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis**. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/>>. Acesso em: 23 out. 2008c.

BRASIL. **Ministério do Meio Ambiente**. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/>>. Acesso em: 23 out. 2008d.

CAMPELLO, Bernadete. O movimento da competência informacional: uma perspectiva para o letramento informacional. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 3, n. 32, p.28-37, set./dez. 2003.

CAMPELLO, Bernadete; ABREU, Vera Lúcia Furst Gonçalves. Competência informacional e formação do bibliotecário. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 10, n. 2, p.178-193, jul./dez. 2005.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, 2004.

CASCINO, Fabio. **Educação ambiental: princípios, história, formação de professores**. 3.ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003.

CASCINO, Fabio; JACOBI, Pedro; OLIVEIRA, José Flávio de (Orgs.). **Educação, meio ambiente e cidadania: reflexões e experiências**. São Paulo: SMA/CEAM, 1998.

CASTRO, César Augusto. **História da biblioteconomia brasileira: perspectiva histórica**. Brasília: Thesaurus, 2000.

COURY, Wilson Biancardi. Poder e informação. Disponível em: <http://www.timaster.com.br/revista/artigos/main_artigo.asp?codigo=424>. Acesso em: 13 de set. 2008.

CURRIE, Karen (Org.). **Meio ambiente: interdisciplinaridade na prática**. 6. ed. Campinas/SP: Papirus, 1998.

CYSNE, Fátima Portela. **Biblioteconomia: dimensão social e educativa**. Fortaleza: Eufc, 1993.

DECLARAÇÃO de Alexandria sobre competência informacional e aprendizado ao longo da vida. Disponível em: <<http://www.ifla.org/III/wsis/BeaconInfSoc-pt.html>>. Acesso em: 08 jul. 2008.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana. **Information literacy e o papel educacional das bibliotecas**. São Paulo, USP, 2001. Dissertação (Mestrado)

DUDZIAK, Elisabeth Adriana. Information literacy e o papel educacional das bibliotecas e do bibliotecário na construção da competência em informação. In:

CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 25., 2002, Salvador. **Anais...**. Salvador: Intercom, 2002. p. 1 - 13. CD-ROM.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana. Information literacy: princípios, filosofia e prática. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 1, n. 32, p.23-35, jan./abr. 2003.

EDUCAÇÃO ambiental: as grandes orientações da Conferência de Tibilisi. Brasília: Ibama, 1997.

FERREIRA, Aurélio Buarque De Holanda. **O novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 3. ed. Curitiba: Positivo Informática, 2004. CD-ROM.

FONSECA, Edson Nery da. **Introdução à biblioteconomia**. São Paulo: Pioneira, 1992. (Cap.4)

FRAIHA, Vivian Teixeira. Sistemas de informação e educação ambiental: aplicabilidade do modelo da experiência interativa no Jardim Zoológico da Fundação Zôo-Botânica de Belo Horizonte. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 8, n. 2, p.216-226, jul./dez. 2003. Resumo de dissertações.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 23. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993a.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993b.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997.

GUEDES, Clediane de Araújo; FARIAS, Gabriela Belmont de. Information literacy: uma análise nas bibliotecas escolares da rede privada em Natal/RN. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 4, n. 2, p.110-133, jan./jun.2007.

GUIMARÃES, Mauro. **A formação de educadores ambientais**. 2.ed. Campinas/SP: Papyrus, 2004.

GUIMARÃES, Mauro. **Educação ambiental: no consenso um embate?** 4.ed. Campinas/SP: Papirus, 2000

HUTCHISON, David. Educação ecológica: idéias sobre consciência ambiental. Porto Alegre: Artmed, 2000.

LAYRARGUES, Philippe Pomier (Coord.). **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. 156 p.

LEFF, Henrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. 2.ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2001.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. **Trajétoria e fundamentos da educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2004.

MARTINS, Wilson. **A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca**. 3.ed. São Paulo: Ática, 2002.

MELO, Ana Virgínia Chaves de; ARAÚJO, Eliany Alvarenga de. Competência informacional e gestão do conhecimento: uma relação necessária no contexto da sociedade da informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 2, p.185-201, maio/ago. 2007.

MIRANDA, Silvânia Vieira. Identificando competências informacionais. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 2, p.112-122, maio/ago. 2004.

MORIN, Edgar. **Saberes globais e saberes locais: o olhar transdisciplinar**. Rio de Janeiro, Garamond, 2000.

MORIN, Edgar. Ética do gênero humano. In: MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2002. Cap.VII, p. 105-115.

OLIVEIRA, Elísio Márcio de. **Educação ambiental: uma possível abordagem**. Brasília: Ibama, 1996.

OLIVEIRA, Marlene de et al. (Org.). **Ciência da informação e biblioteconomia: novos conteúdos e espaços de atuação**. Belo Horizonte: Ufmg, 2005.

PENA, André de Souza. **A evolução do mercado de trabalho formal do profissional da informação no Brasil: um estudo a partir da RAIS/MTE, 1985 a 2005.** Minas Gerais, UFMG, 2007. Dissertação (Mestrado)

ROUSCHEINSKY, Aloísio (Org.) **Educação ambiental: abordagens múltiplas.** Porto Alegre: Artmed, 2002.

SATO, Michèle; CARVALHO, Isabel (Org.). **Educação ambiental: pesquisa e desafios.** Porto Alegre: Artmed, 2005.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. **Educação ambiental: natureza, razão e história.** Campinas/SP: Autores Associados, 2004.

TRAJBER, Rachel; MENDONÇA, Patrícia Ramos (orgs.). **Educação na diversidade: o que fazem as escolas que dizem que fazem educação ambiental.** Brasília: MEC, 2006. (Coleção Educação para Todos, Série Avaliação; n.6)

TRATADO de educação ambiental. Rio de Janeiro, 1992. (Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento)

TRIGUEIRO, André (Coord.). **Meio ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas do conhecimento.** Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

VALENTIM, Marta Pomim (Org.). **Profissionais da informação: formação, perfil e atuação profissional.** São Paulo: Pólis, 2000.

VIEIRA, Anna da Soledade. Pra não dizer que não falei de flores: uma proposta ecológica para a Biblioteconomia. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG.** Belo Horizonte, v. 15, n. 2, p. 202-209, set. 1986.